



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
“Prédio Antonio Francisco Ortega Batel”
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**PARECER DA COMISSÃO DE
JUSTIÇA E REDAÇÃO
Nº. 02, DE 10 DE JANEIRO DE 2023**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 30, de 06 de dezembro de 2022 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar concessão onerosa de uso de bem imóvel público, de áreas localizadas no AERÓDROMO ANTONIO FERNANDO ANDRADE PRADO em Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

RELATORES: Pedro Gomes Soares – PSD

HISTÓRICO: O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo celebrar contrato de concessão administrativa de uso de espaço público, à título oneroso, de 6 (seis) áreas junto ao Aeródromo Antônio Fernando Andrade Prado, localizado na Rodovia MS 134, na Altura do KM 9, neste Município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

CONCLUSÃO: Após análise do teor, do mérito do Projeto e observação dos princípios constitucionais e de acordo com consulta ao departamento jurídico Nº.02/2023 desta casa de Leis, a Comissão de Justiça apresenta as seguintes Emendas:

Considerando a necessidade de aprimorar a proposição legislativa, no intuito de sanar incorreções e omissões, apresentamos as seguintes **recomendações** de emendas:

**EMENDAS
ADITIVAS**

Art. 4º....

§8º A concessionária é responsável exclusiva pelos encargos civis, administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciários, indenizatórios ou de qualquer outra natureza, resultantes, direta ou indiretamente, do uso do bem público concedido, da realização de obras, manutenção ou de qualquer atividade exercida.

§9º Não é de responsabilidade da concedente a vigilância das instalações da concessionária na área concedida, podendo esta fazê-lo, se julgar necessário;

§10 A concessionária em nenhuma hipótese poderá impedir ou embaraçar, direta ou indiretamente, o uso do aeródromo;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
“Antonio Francisco Ortega Batel”
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Parecer 02/2023.

§11 Fica reservado à concedente o direito de fiscalizar, quando julgar necessário e sem prévio aviso, as obras e instalações da concessionária;

§12 A concessionária informará a concedente quanto a conclusão de obra, para efeito de realização da vistoria final;

§13 É vedada a hangaragem para aeronave de terceiros, salvo mediante autorização escrita da concedente.

EMENDAS
MODIFICATIVAS

Art. 8º....

VI – sem o prévio consentimento, por escrito, da Administração Pública Municipal e autorização legislativa, não é permitida a subconcessão ou transferência, parcial ou total, para terceiros, a qualquer título, do bem e/ou direito objeto da avença;

VII – a concessão terá prazo de 25 (vinte e cinco) anos;

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de Janeiro de 2023.

Assinado de forma digital por
 SANDRO ROBERTO
 HOICI:06477634864
 Dados: 2023.01.11 07:24:30 -04'00'

SANDRO ROBERTO HOICI – SEM PARTIDO
 Presidente da Comissão de Justiça e Redação

PEDRO GOMES SOARES:16414
 489115
 Assinado de forma digital
 por PEDRO GOMES
 SOARES:16414489115
 Dados: 2023.01.10
 10:50:42 -04'00'

PEDRO GOMES SOARES - PSD
 Relator da Comissão de Justiça e Redação

MARCIA BATISTA LOBO GRIGOLO:36527343191
 Assinado de forma digital por
 MARCIA BATISTA LOBO
 GRIGOLO:36527343191
 Dados: 2023.01.10 11:45:27 -03'00'

MARCIA BATISTA LOBO GRIGOLO -MDB
 Membro da Comissão de Justiça e Redação